

Programa Cidades Sustentáveis em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Naira Elizabete Barbacovi¹, Raquel da Silva Pereira² e Celso Machado Júnior³

¹Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai. Avenida Ruy Barbosa, 103. Petrópolis. Passo Fundo-RS, Brasil (CEP 99050-120).

²Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. Rua Conceição, 321. Santo Antônio. São Caetano do Sul-SP, Brasil (CEP 09530-060).

³Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Programa de Mestrado Profissional em Inovação no Ensino Superior em Saúde. Rua Conceição, 321. Santo Antônio. São Caetano do Sul-SP, Brasil (CEP 09530-060). E-mail: celso.junior@prof.uscs.edu.br.

Resumo. O estudo objetivou analisar a contribuição dos projetos desenvolvidos dentro do Programa Cidades Sustentáveis para a gestão urbana do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, sul do Brasil. Este estudo exploratório apoia-se em três fontes de evidência, a coleta de dados por meio de 22 entrevistas realizadas com seis grupos de *stakeholders*, análise documental de material do município e observação de reuniões realizadas pelos gestores municipais. Como resultado, verificou-se que Porto Alegre desenvolveu projetos relativos a oito eixos do Programa Cidades Sustentáveis. A gestão Porto Alegre aderiu ao Programa Cidades Sustentáveis apoiando-se em projetos já em andamento no município, com a inclusão de novos somente para os temas ainda não contemplados na gestão. O principal benefício observado com a implantação do Programa Cidades Sustentáveis foi a sua utilização como ferramenta de monitoramento e de tomada de ações para projetos sociais, estabelecendo uma plataforma comum de interação dos diferentes agentes da gestão pública, e para definir as prioridades da gestão municipal. No entanto, não se identificou a utilização de um protocolo de integração dos indicadores existentes.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Gestão pública; Desenvolvimento local.

Abstract. *Sustainable Cities Program in Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, Brazil.* The study aimed to analyze the contribution of projects developed within the Sustainable Cities Program to urban management in the Municipality of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, Southern Brazil. This exploratory study is based on three sources of evidence, data collection through 22 interviews with six groups of stakeholders,

Recebido
09/04/2020

Aceito
10/04/2021

Disponível *on line*
12/04/2021

Publicado
30/04/2021



Acesso aberto



ORCID

0000-0003-4025-6097
Naira Elizabete
Barbacovi

0000-0001-6656-080X
Raquel da Silva
Pereira

documentary analysis of material from the municipality and observation of meetings held by municipal managers. As a result, it was found that Porto Alegre developed projects related to eight axes of the Sustainable Cities Program. The Porto Alegre management adhered to the Sustainable Cities Program based on projects already underway in the municipality, with the inclusion of new ones only for themes not yet covered in the management. The main benefit observed with the implementation of the Sustainable Cities Program was its use as a tool for monitoring and developing actions for social projects, establishing a common platform for interaction between different agents of public management, and to define the priorities of municipal management. However, the use of an integration protocol for the existing indicators has not been identified.

Keywords: Sustainability; Public Management; Local development.

0000-0003-3835-2979
Celso Machado Júnior

Introdução

Sustentabilidade visa a mudanças que envolve fatores presentes e futuros, dentre os quais destacam-se aspectos relacionados à saúde, habitação, utilização racional dos recursos naturais e redução dos impactos ambientais. Aspectos estes, que se posicionam como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas áreas urbanas. Assim, torna-se premente revisitar os fatores determinantes de uma melhor forma de viver, e se relacionar com o meio ambiente no meio urbano (ONU, 2015; PCS, 2016).

É pressuposto que a sinérgica articulação entre os Planos Diretores e a gestão pública fortaleçam os sistemas de gestão, e colaborem para um adequado planejamento das cidades, resultando em qualidade de vida para seus habitantes, e equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, propiciando o desenvolvimento adequado dos municípios e regiões.

Segundo a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Brundtland, 1987), para que uma cidade seja sustentável, ela deve ser socialmente justa, viável economicamente e ambientalmente correta, ofertando de maneira sistêmica essas três dimensões do desenvolvimento sustentável, conhecidas como *Triple Bottom Line* (TBL). Este conceito proposto por Elkington (2001), aborda à forma como as empresas, governos e organizações sem fins lucrativos planejam e monitoram a sustentabilidade em seus programas, projetos e políticas. A partir desse conceito, as organizações devem buscar obter a sustentabilidade considerando o equilíbrio entre pessoas, planeta e lucro, ainda que com flexibilidade na sua aplicação (Slaper e Hall, 2011).

Com o intuito de auxiliar os grupos sociais, que se compõem em cidades, em 2011 o Instituto Ethos (2011), propôs a combinação dos modelos da Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, e o da Rede Nossa São Paulo, para auxiliar as cidades a desenvolverem-se, por intermédio do monitoramento de um conjunto de indicadores. A proposta do Instituto Ethos, recebeu o nome de Programa Cidades Sustentáveis (PCS). Os modelos foram apresentados para os candidatos a prefeitos, na eleição de 2011. Na abordagem do PCS, os modelos propostos pelo Instituto Ethos (2011), se posicionam como uma ferramenta, destinada a auxiliar o planejamento e a gestão da sustentabilidade nas cidades. O PCS é estruturado por 12 eixos temáticos de atuação, e por um conjunto de indicadores relacionados a abordagem estabelecida em cada um dos respectivos eixos.

Uma das cidades que, no mesmo ano de 2011 assinou o compromisso junto ao Programa Cidades Sustentáveis, foi Porto Alegre, que apresentou o seu Plano de Metas, a serem alcançadas até 2016. Na ocasião, o município já era identificado como atuante na promoção de projetos voltados a viabilizar a sustentabilidade, e a qualidade de vida de seus munícipes. Por ser um das primeiras cidades a implantar o PCS, a análise do desempenho no atendimento das metas estabelecidas por Porto Alegre, se posiciona como um importante marco para o planejamento de outros municípios. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição dos projetos desenvolvidos dentro do Programa Cidades Sustentáveis para a gestão urbana de Porto Alegre.

Referencial teórico

Para Huang et al. (2015), a sustentabilidade urbana é vista como um processo adaptativo de facilitação e manutenção de um ciclo virtual, entre serviços ecossistêmicos e o bem-estar humano, por meio de ações ambientais, econômicas e sociais, com vistas a um desenvolvimento local sustentável. Na concepção de Michael et al. (2014), a sustentabilidade urbana enfatiza a inter-relação entre redes de transporte, estrutura urbana e vida urbana, como o cruzamento de dois desafios: o da urbanização, e o da sustentabilidade, na busca de habitabilidade urbana e resiliência. Assim, a urbanização é um processo contínuo e interdepende que se relaciona ao desenvolvimento dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do município.

As cidades sustentáveis são as que desenvolvem atividades econômicas dentro da capacidade de sustentação do ecossistema local, para que a população possa se beneficiar de uma melhor qualidade de vida (Mori e Cristodoulou, 2012; Klopp e Petretta, 2016). A capacidade das cidades para sustentar e promover a boa qualidade de vida para os seus cidadãos é, talvez, um resultado da percepção de que as transformações ocorridas na sociedade, com destaque para o aumento populacional e a utilização desordenada dos recursos naturais, devem ser interpretadas como uma meta desafiadora, em prol do desenvolvimento sustentável (Weingaertner e Moberg, 2014).

Na perspectiva do PCS as cidades alcançam a sustentabilidade, por meio do atendimento dos 12 eixos propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS, 2016), e apresentados dentro do contexto teórico que os valida.

A ação local para a saúde, se posiciona como o primeiro eixo temático. Vale destacar que, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a saúde de forma ampla, indo além das abordagens relacionadas a doenças e enfermidades. Para a OMS (2010), saúde consiste em bem-estar físico, mental e ambiental. Saúde e bem-estar devem estar alinhados a um ambiente sadio, com segurança pessoal, liberdade de escolha, relações sociais, emprego e renda adequados, acesso a recursos educacionais e identidade cultural (Sandifer et al., 2015). Por sua vez, os princípios da promoção da saúde contidos na Carta de Ottawa (1986) baseiam-se em fornecer pré-requisitos de saúde, construir políticas públicas saudáveis, criar ambientes de apoio, fortalecer a ação comunitária, desenvolver habilidades pessoais, bem como reorientar os sistemas de saúde [Silva Júnior, 2019]. A Carta de Ottawa (1986) descreve como pré-requisito de saúde, a paz, o abrigo, a educação, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade, ou seja, muitos dos itens estão relacionados aos fatores do ambiente social, que influenciam na saúde e bem-estar dos cidadãos, estabelecendo assim a relevância das políticas públicas municipais (Machado Jr. et al., 2021).

O segundo eixo temático está relacionado a bens naturais comuns. Neste contexto, as energias renováveis são menos prejudiciais à saúde humana, estimulam a economia e reforçam a segurança energética (Jebli et al., 2016). Aspectos relacionados à qualidade do ar, praças e parques estão cada vez mais sendo retomados. A quantidade e a qualidade dos espaços verdes afetam os padrões de vida dos cidadãos, a frequências da recreação

cotidiana, a forma como o conhecimento sobre o meio ambiente é adquirido, e as oportunidades para relaxar e lidar com o estresse diário são aspectos significativos, para a qualidade de vida das pessoas. A presença de áreas naturais contribui para a qualidade de vida (Panagopoulos et al., 2016).

O consumo responsável e as opções de estilo de vida se posicionam como o terceiro eixo temático. Os padrões de consumo atual, e os sistemas de produção e cadeia de suprimentos estão incorporando a perspectiva da gestão ambiental, e da conscientização de suas responsabilidades socioambientais (Tseng et al., 2013; Freitas, et al., 2020). O comportamento responsável de consumo relaciona-se com a compra, o uso e a disposição de bens e serviços, com a finalidade de mitigar impactos negativos na natureza (Kunchambo et al., 2017). Os valores intrínsecos são influenciadores do consumo responsável, o que pode ser observado quando as pessoas optam por caminhar ao invés de utilizar um meio de transporte motorizado, opção esta, que traz economia de combustível e ganho em saúde. Destaca-se ainda, como consumo responsável priorizar a compra de produtos produzidos localmente, gerando menor impacto pela redução de transportes, e incentivo a economia circular (Prendeville et al., 2018).

No quarto eixo identifica-se a cultura para a sustentabilidade. De acordo com Silva (2014), as políticas culturais têm relação estreita com as ações sociais, sendo a cultura interpretada como uma ferramenta sociopolítica e econômica, potencialmente associada à diminuição das desigualdades sociais, às intervenções no ordenamento das cidades ou na urbanidade, e sobretudo em contextos de atendimento das necessidades das pessoas de menor poder aquisitivo. A cultura é um padrão de suposições básicas compartilhadas, aprendido por um grupo social à medida que resolve um problema de adaptação externa e integração interna, suficientemente bem para ser considerado válido e, transmitido de forma plausível para as próximas gerações (Guevara et al., 2014).

Do local para o global é identificado como o quinto eixo temático. Segundo Runhaar et al. (2014), uma estratégia contemporânea para diminuir o impacto ambiental é a integração da política ambiental, que visa a incorporação de soluções ambientais, em políticas setoriais. Abordar as preocupações ambientais nas políticas de agricultura, no planejamento urbano, nos transportes e outros domínios políticos se posiciona como um procedimento adequado para conectar o local com o global. Além disso, o rápido crescimento da população humana e da economia mundial, concentrado as pessoas em áreas restritas e geradoras de danos climáticos, leva ao entendimento de que os riscos de perdas decorrentes das mudanças climáticas continuarão a aumentar (Biagini et al., 2014). Para os autores a confluência desses fatores demanda protocolos de atuação destinados a facilitar a adaptação proativa dos sistemas naturais, construídos, sociais e econômicos

No sexto eixo temático identifica-se a economia local, dinâmica, criativa e sustentável. São muitas as responsabilidades das organizações no desenvolvimento empresarial, evidenciando a necessidade de integração entre os diversos setores envolvidos, em busca de responsabilidade social, que incorporaram a realização de ações que mitiguem os impactos socioambientais e econômicos de suas atividades (Silva et al., 2012). A Responsabilidade Social Empresarial abarca questões relacionadas aos direitos humanos, direitos trabalhistas, proteção ambiental, proteção ao consumidor e combate à corrupção, em suas práticas corporativas. Práticas estas, também aplicáveis na gestão pública, pois o compromisso contínuo da empresa pública e privada, deve se dar de forma ética, e colaborativa ao desenvolvimento econômico e a qualidade de vida (Asif et al., 2013).

A educação para a sustentabilidade e qualidade de vida é o sétimo eixo. A qualidade de vida deve ser analisada sobre vários aspectos, sancionados as peculiaridades em que pessoas vivem. Aspectos estes, que incluem atributos ambientais que influenciam a qualidade de vida, de forma positiva ou negativa. Os lugares variam em tamanho, população, bairro, estado ou nação, ou seja, o lugar onde as pessoas vivem irá influenciar a

sua satisfação com a vida em geral, devendo ser avaliado sob diversas dimensões, incluindo os hábitos, costumes, emprego, família, cultura local, dentre outros fatores (Marans, 2015; Machado Jr. et al., 2018; Santos, 2019). Llacuna et al. (2015) relatam que uma cidade habitável deve considerar a qualidade de vida não somente sob o aspecto financeiro, mas também pelas oportunidades e serviços que a cidade disponibiliza, tais como: educação, saúde, serviços sociais, emprego, todos em prol de uma satisfação e bem-estar da população para aquele local.

Identifica-se no oitavo eixo, a equidade, a justiça social e a cultura de paz. A cultura da paz tem como princípio a diminuição das desigualdades sociais, melhorando a vida das pessoas. Os fatores que se relacionam com a cultura da paz, estão relacionados à renda da população, a educação, as atitudes e aos costumes. Assim, alcançar a cultura da paz é um desafio que perpassa a reestruturação dos aspectos sociais, políticos e econômicos (Cabral e Gothardo, 2015). No contexto urbano, a equidade social está relacionada à exclusão socioambiental. Uma sociedade equitativa é aquela em que não existem práticas exclusivas ou discriminatórias, que impeçam os indivíduos de participar economicamente, socialmente e politicamente (Dempsey et al., 2009; Santos et al., 2020).

A gestão local para a sustentabilidade é identificada no nono eixo temático. O desenvolvimento local é um processo de gestão que objetiva a identificação das melhores oportunidades econômicas e sociais para a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, a busca por parcerias com instituições locais e nacionais devem ser incorporadas a participação da população, em prol de um objetivo comum destinado ao desenvolvimento regional sustentável (Oliveira et al., 2013). Os traços culturais impactam positivamente no desenvolvimento da sustentabilidade, tanto no planejamento como na implementação das ações (Laurian et al., 2016; Silva et al. 2020). A sustentabilidade local se posiciona como um desafio para os gestores, que devem se concentrar na integração harmônica de seus processos com o meio ambiente e a sociedade, estabelecendo uma trajetória orientadora para a transformação das empresas privadas e do governo local (Zeemering, 2017).

O decimo eixo temático traz um relevante tópico a governança. De acordo com a International Federation of Accountants (IFAC, 2013), os gestores públicos devem garantir aos cidadãos a prestação de serviços com qualidade, contando com a colaboração dos diversos atores envolvidos, e promovendo o desenvolvimento contínuo das lideranças locais e dos colaboradores. As organizações públicas devem definir claramente: processos, responsabilidades e limites de poder e de autoridade; as estruturas adequadas de governança; a seleção dos líderes apoiando-se em aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes; a avaliação de desempenho, de conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles; prover aos cidadãos informações de qualidade, confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis (TCU, 2014). A governança pública está associada à visão de governo como um processo amplo, plural e complexo da sociedade, por meio da integração entre política e administração, gestão e políticas públicas. De forma geral, governança é a capacidade de governar com uma visão colaborativa e integradora, na busca de resultados sustentáveis (Martins e Marini, 2014).

Melhor mobilidade, menos tráfego é o decimo primeiro eixo temático. As respostas aos desafios atuais para as cidades envolvem uma reestruturação rápida e fundamental no sistema de transporte. Torna-se necessário elaborar condutas que modernizem os sistemas de mobilidade urbana, possibilitando superar as restrições econômicas, ambientais e institucionais, e ainda que os subsistemas competitivos de transporte promovam melhor mobilidade para os munícipes. O conceito de mobilidade multimodal discutido por Spickermann et al. (2014) muda a visão sobre a escolha tradicional e estritamente dicotômica entre transporte público e privado. O transporte multimodal se caracteriza por utilizar dois ou mais serviços de transporte. A combinação dos modos de

transporte público e privado oferece benefícios de ambos os sistemas, evitando as suas fraquezas. Em geral, os conceitos atuais de mobilidade multimodal são fragmentados, uma vez que foram desenvolvidos em diferentes períodos de tempo, por diferentes atores. Portanto, é necessário um sistema multimodal abrangente e bem planejado.

Planejamento e desenho urbano é o decimo segundo e último eixo temático. São necessárias abordagens sustentáveis para planejar e gerenciar paisagens em todo o mundo. Os Planos Diretores para cidades e planos regionais estão evoluindo de um perfil autoritário para um participativo. A Convenção de Paisagem Europeia se posiciona como o primeiro tratado internacional a promover a proteção, gestão e planejamento de todas as paisagens, e a aumentar a conscientização sobre o valor de uma paisagem viva, em que, a gestão do solo e do uso da terra deve se concentrar no uso sustentável de capital natural (Panagopoulos et al., 2016).

Metodologia

De acordo com a proposta de estudo, esta pesquisa, em relação aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva (Creswell, 2010). A pesquisa utilizou três diferentes técnicas de coleta de dados. Análise de documentação municipal incluindo o Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável (Porto Alegre, 2013a), observação *in loco* destinada a identificar as ações desenvolvidas na gestão pública, e em particular participando de reuniões administrativas com os gestores municipais e por final a realização de entrevistas com os gestores públicos, representantes de instituições, secretários municipais, gestores de empresas privadas, professores da rede municipal de ensino e representantes de associação de moradores. A pesquisa utilizou três técnicas distintas de coleta de dados, a fim de possibilitar a triangulação dos dados coletados. A triangulação de dados originários de diferentes técnicas de coleta busca estabelecer a convergência das informações observadas (Teixeira et al., 2012).

Esta pesquisa foi realizada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, que com uma população estimada de 1.488.252 habitantes (IBGE, 2020) se posiciona como a mais populosa do estado. A escolha se deu pelo fato de Porto Alegre ser posicionada como referência em sustentabilidade, uma vez que possui uma gestão administrativa orientada para a temática há mais de quatro décadas.

No tocante às entrevistas, a escolha desta técnica de coleta de dados se deu pelo fato de identificar quais projetos foram desenvolvidos por Porto Alegre durante o período 2013-2016, e o quanto eles contribuíram para a sustentabilidade de Porto Alegre. Foram realizadas 22 entrevistas entre os meses de dezembro de 2016 a maio de 2017. Os grupos de *stakeholders* escolhidos para a pesquisa foram gestores (G), ONGs e instituições (I), professores (P), empresas (E), secretários (S) e associação de moradores (A). A letra em maiúsculo na frente da profissão designa como serão referenciados na apresentação dos dados.

Houve também observação não-participante (Gil, 2008). Foram realizadas visitas a vários locais que estavam passando por revitalização, os quais foram apontados durante as entrevistas como pontos derivados do planejamento sustentável realizado no início do projeto da cidade de Porto Alegre. Estes locais compreendem: o quarto distrito regional da cidade; praças públicas da cidade que foram revitalizadas; projeto ecobarreira voltado a ações socioambientais na cidade; centro histórico da cidade; orla do Guaíba, que é o rio que cruza a cidade e cooperativas de recicladores. Os locais selecionados para as visitas foram escolhidos dentre os citados pelos diferentes *stakeholders*, durante as entrevistas.

Para a triangulação de dados, procedeu-se, ainda, à análise documental, técnica de coleta de dados que oferece como vantagem o fato de serem considerados fontes confiáveis, se utilizados documentos públicos ou oficiais (Gil, 2008). Além da análise do próprio PCS, documento gerador desta pesquisa. Durante o desenvolvimento da pesquisa

foram indicados pelos gestores entrevistados outros documentos relevantes, tais como o Plano de Metas de Porto Alegre, documento que retrata os indicadores assinados pelo município, o Plano Plurianual, o qual traz os indicadores e programas estratégicos da gestão municipal, e Livro Porto Alegre das Pessoas, que retrata projetos desenvolvidas pelo município, de acordo com os programas estratégicos de governo.

Ainda sobre os projetos, foram realizadas consultas no relatório de atividades Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável (PMPA, 2013a), Plano Plurianual 2014-2017 (PMPA, 2013b), Indicadores: Porto Alegre em Análise (PMPA, 2017a) e no Relatório de Atividades de 2016 (PMPA, 2017b). Desenvolveu-se criteriosa análise dos documentos para que se pudesse identificar os projetos realizados conforme os eixos. Após as entrevistas e a análise documental, foi possível identificar projetos desenvolvidos por Porto Alegre de acordo com os eixos do Programa Cidades Sustentáveis (PCS, 2016).

Resultados e discussão

Alguns dos projetos apresentados são anteriores à assinatura do PCS, no entanto, constatou-se durante a coleta dos dados, que tais projetos foram fundamentais para que houvesse melhoria na sustentabilidade urbana durante o período em análise.

Segundo a proposta da PCS, as cidades participantes, possuem a atribuição de indicar os eixos temáticos aderentes a sua gestão. Neste sentido, o Município de Porto Alegre aderiu aos seguintes eixos temáticos, Ação local para a saúde, Bens naturais comuns, Consumo responsável e opções de estilo de vida, Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida, Equidade, justiça social e cultura de paz, Governança, Melhor mobilidade, menos tráfego e Planejamento e desenho urbano.

Os principais projetos para ação local para a saúde se deram por meio de investimento em saúde pública, que utilizou mais de 15% da receita municipal. As 141 unidades de saúde (US), os núcleos de apoio à saúde da família e o Sistema Único de Saúde, oferecem diversos serviços em várias áreas, de acordo com as necessidades da população, com resultados positivos verificáveis na melhoria da saúde de grávidas, e na queda da mortalidade infantil (Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017b).

Outras ações que também se destacam, em relação ao eixo Saúde, são das Equipes Especializadas em Atenção à Saúde da Criança e Adolescente, que visam dar atenção integral e especializada de média complexidade ambulatorial aos cidadãos de até os 17 anos de idade. O Programa Saúde Escolar (PSE) realiza oficinas em prol da promoção e prevenção da saúde, acompanha o crescimento dos alunos, previne em relação ao uso de drogas e transmissão de doenças.

O projeto Primeira Infância Melhor Porto Infância Alegre (PIM PIA), destina-se a acompanhar e estreitar o relacionamento das crianças com o seu cuidador, com a finalidade de fortalecer a conexão e a qualidade de vidas das partes. As visitas e acompanhamento ocorrem semanalmente e entre os anos de 2013 a 2016, foram 36.512 pessoas assistidas (Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b).

O investimento realizado por Porto Alegre em saúde se apresenta consonante com a abordagem de busca da qualidade de vida e bem-estar (Silva Jr., 2014; Sandifer et al., 2015), por meio de políticas públicas que visem segurança, cuidado com meio ambiente, segurança e acesso equitativo a serviços de saúde.

Os desafios para atender aos Bens Naturais Comuns estão relacionados ao Projeto Integrado Socioambiental (PISA), iniciado em 2007 e concluído em 2014. O projeto envolve obras destinadas ao tratamento de esgoto e controle de inundações. A população diretamente impactada pelas drenagens, redes coletoras e tratamento de esgotos nas bacias dos arroios Dilúvio, Cavahada e do Salso, corresponde a cerca de 700 mil moradores da Zona Sul de Porto Alegre. Um total de 10.300 domicílios foi incorporado às redes coletoras (PMPA, 2013b; Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b).

Uma das principais obras do PISA, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Serraria, tem capacidade para tratar 4.130 litros de esgoto por segundo e foi projetada para atender a demanda da população para os próximos 50 anos. No ano de 2016 observa-se que 87% do esgoto produzido pela população era coletado e 65,25% recebendo tratamento (PMPA, 2013b; PISA, 2016; Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b).

Os projetos de drenagem e macrodrenagem beneficiam a cidade e muitos municípios da região sujeitos a alagamentos. Os investimentos em drenagens, de responsabilidade do Departamento de Esgotos Pluviais, até o ano de 2016 foi superior a R\$53 milhões. De acordo com a gestão municipal (entrevistado G2), as obras contribuírem para o bem-estar e qualidade de vida da população na medida em que mitigou os problemas relacionados as enchentes (PMPA, 2013b; PMPA, 2017b).

Em relação aos projetos realizados para o indicador Área verde por habitante, entre os anos de 2009 a 2016, identificou-se 16 espaços entre praças e parques que foram recuperados ao uso das pessoas (PMPA, 2013b; Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017b). Porto Alegre é uma das capitais mais arborizadas do país, tendo aproximadamente 1,3 milhão de árvores, oito parques arborizados, 625 praças e três unidades de conservação. Para a manutenção desses espaços, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM), desenvolve, desde 1984, um programa de parcerias entre o poder público e empresas privadas, através do Programa Adote uma Praça, regulamentado pela Lei Complementar nº 618/2009 (Porto Alegre, 2009), conforme identificado em documentação analisada (PMPA, 2013b; Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017b).

As ações desenvolvidas no eixo Bens naturais comuns desenvolvidas pela cidade de Porto Alegre estão de acordo com que discutem Jebli et al. (2016) e Panagopoulos et al. (2016), quando inferem que a melhoria da qualidade do ar, ações de preservação de recursos naturais, manutenção de praças e parques, são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população.

No eixo temático Consumo responsável e opções de estilo de vida, constatou-se que o indicador consumo de água, está diretamente relacionado ao programa Conexão Certa, lançado em 2016, de responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), voltado a reduzir o passivo de ligações clandestinas de esgoto (PMPA, 2013b; Porto Alegre, 2016; PISA, 2016; PMPA, 2017b).

O “Consumo Responsável” criado com o objetivo de levar água de qualidade para áreas carentes, formalizar as ligações clandestinas, diminuir o desperdício, estimular o uso consciente de água, e oferta de educação ambiental. Esse projeto se destina a mitigar problemas como o de perda por vazamento de 50% da água tratada ofertada. Como ação destinada a solucionar este problema a prefeitura, investiu R\$ 4,25 milhões na execução de 39km de rede de água, contemplando 19 comunidades (PMPA, 2013b; Porto Alegre, 2016, PMPA, 2017b).

Em relação ao indicador Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva, não foi possível obter informações e nem mesmo projetos ligados diretamente ao tema. No entanto, de acordo com a gestão municipal (entrevistado G1), Porto Alegre desenvolve um projeto, denominado Todos Somos Porto Alegre (TSPOA), que tem como premissa promover a emancipação dos carroceiros e carrinheiros, visto que, a Lei nº 10.531/2008 (Porto Alegre, 2008), institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal (VTA) e de Veículos de Tração Humana (VTH) (Porto Alegre, 2008).

Os projetos desenvolvidos nesse eixo, de acordo com a gestão pública municipal (entrevistado G4), são importantes, pois investir em sustentabilidade é priorizar o ser humano, dando aos cidadãos oportunidades de melhorar a qualidade de vida. No entanto, os projetos devem levar em consideração a cultura das pessoas e da comunidade onde vivem. Corroboram com essa ideia autores como Tseng et al. (2013) e Kunchambo et al.

(2017) quando inferem em seus estudos que se faz necessário uma identidade ecológica com vistas a preservação e conscientização do uso dos recursos nos locais onde moram.

No eixo temático destinado a Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida, a gestão municipal de Porto Alegre oferece educação integral em todas as escolas de ensino fundamental, sendo que no turno inverso ao de aula, são oferecidos reforço escolar (1/3 do tempo) aos alunos, bem como esportes, estudo de idiomas, oficinas de cultura e robótica, dentre as principais ações desenvolvidas (Porto Alegre, 2016). Os alunos da educação integral e ensino infantil permanecem um período de 10 horas diárias na escola e podem optar pelas atividades que desejam realizar no turno integral. São oferecidas cinco refeições diárias: café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar, totalizando 62.000 refeições/dia (PMPA, 2017b).

O projeto “Música que Transforma”, parte do programa “Cidade Escola”, da Secretária Municipal de Educação em parcerias com 18 instituições oferece aulas de músicas aos alunos do ensino fundamental, como também educação integral a robótica. Muitos dos alunos que participaram desse projeto ganharam bolsas de estudo concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Porto Alegre, 2016, PMPA, 2017b).

Os projetos desenvolvidos neste eixo vão ao encontro do que Llacuna et al. (2015) e Marans (2015) consideram importantes para a melhoria da qualidade de vida, em que a mesma se dá através da oferta de educação de qualidade, oportunidades de emprego, saúde e bem-estar.

No eixo temático de Economia local dinâmica e criativa o município de Porto Alegre comprometeu-se com o indicador eficiência energética. No ano de 2010, a Secretaria de Meio Ambiente, inaugurou na Zona Centro, o sistema de aquecimento solar que fornece energia para a subsede da Secretaria fazer o manejo da arborização em logradouros públicos na região central da cidade. Foi instalado um reservatório de 600 litros para armazenamento de água, que é aquecida a partir da energia captada por 10 painéis solares (Porto Alegre, 2016, PMPA, 2017b). A partir desse projeto, a administração pública de Porto Alegre, publicou o Decreto nº 19.348/2016 (PMA, 2016), que instituiu o Comitê de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética (CMCEE), destinado a elaborar programas, formular propostas e desenvolver atividades, dentro da premissa da sustentabilidade e da resiliência (Porto Alegre, 2016, PMPA, 2017b).

Silva et al. (2012) e Asif et al. (2013) tencionam que as gestões públicas e privadas devem desenvolver projetos que incorporem aspectos com vista a sustentabilidade social, econômica e ambiental relacionados ao cuidado com o ambiente construído, em que a minimização dos impactos seja a estratégia fundamental, fato este observado na gestão de Porto Alegre.

Na governança se evidencia o Orçamento Participativo (OP), com início em 1989, como uma manifestação democrática de gestão pública. Porto Alegre destaca-se como referência mundial, em que cidades americanas e europeias têm mecanismos inspirados nesse modelo. O OP [2020] de Porto Alegre, no entanto, é o único do mundo em que conselheiros discutem, deliberam e modificam as leis orçamentárias municipais (PMPA, 2013b; Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017b). Conselhos Municipais, que atuam na formulação, implementação e controle social de políticas públicas em que a sociedade compartilha responsabilidades com o poder público, representando um padrão inovador de relação entre Estado e sociedade, criado pela Constituição de 1988, que contribui para a formulação de políticas públicas (Porto Alegre, 2016).

Outros projetos referem-se às oportunidades de emprego e qualificação de pessoas, são percebidos como compromissos da gestão municipal, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego. A colocação dos munícipes no mercado de trabalho é realizada por meio do Site Nacional de Empregos (SINE), em parceria com o Ministério do Trabalho, desde 2006, em três postos de atendimento. Em média, 400 empresas por ano

são cadastradas no sistema, ofertando cerca 1000 empregos. Entre 2009 e 2015, foram atendidos pelo SINE 737.042 trabalhadores, sendo que destes, 31.050 obtiveram colocação profissional (Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017b).

Em 2016, a gestão pública de Porto Alegre realizou a 4ª edição do Mutirão de Oportunidades de Emprego e Aprendizagem, que reuniu empregados, empregadores e entidades de qualificação e aprendizagem. Nessa edição do Feirão, foram ofertadas 700 vagas, por 14 empresas. Das vagas ofertadas cerca de 10% destinaram-se a jovens com idade entre 14 e 23 anos, incluindo pessoas com deficiência. Foram atendidos 6.200 candidatos, sendo que 2.600 foram encaminhados para cursos de capacitação (Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b).

De acordo com a observação, a análise documental e as entrevistas realizadas, é possível inferir que o eixo Governança, durante os anos de 2013 a 2016, trouxe melhorias, principalmente em relação a oportunidade de emprego e capacitação profissional. Apurou-se que parcerias com o SINE, SENAC, SENAI, CIEE, foram fundamentais na melhoria do indicador. A promoção de parcerias públicas com empresas para a melhoria da qualificação da mão-de-obra é um dos objetivos do PCS (2019).

No eixo temático Melhor mobilidade, menos tráfego, os projetos desenvolvidos em relação aos indicadores estão relacionados à redução do número de acidentes ocorridos em vias públicas de Porto Alegre. Um projeto importante foi desenvolvido entre 2011 e 2016, em relação a educação no trânsito, para aproximadamente 1,2 mil pessoas destinado a conscientizar a população por um trânsito com menos conflitos e menos acidentes (Porto Alegre, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b). A Lei Complementar nº 626/2009 prevê em um de seus instrumentos a Rede Cicloviária Estrutural, que cobre todo o território do município de Porto Alegre, composta por 495 km de vias que necessariamente deverão receber ciclovias ou ciclofaixas. Outro instrumento de ampliação da rede cicloviária é a construção de ciclovias proporcionais ao número de vagas de estacionamentos de automóveis, como contrapartida para grandes empreendimentos. De acordo com a gestão municipal de Porto Alegre (entrevistado G2), o incentivo à utilização da bicicleta, proporcionou uma mudança cultural e a visibilidade por parte da população em relação às ciclofaixas e, conseqüentemente, aos ciclistas, aumentando cada ano mais, o que fez com que reduzisse o número de acidentes, sendo que 2013 registrou-se oito mortes e 2015, três, quando da implantação da ciclovia (Porto Alegre, 2009; Porto Alegre, 2016; PMPA, 2017b).

A mobilidade individual nas áreas urbanas atinge cada vez mais os seus limites, uma vez que a urbanização progressiva tem provocado uma crescente procura dos sistemas de mobilidade urbana. Dessa forma, autores como Spickermann et al. (2014), inferem que um dos maiores desafios das cidades é a mobilidade urbana, que a oferta de transporte público e o incentivo ao uso de bicicletas são fundamentais para a sustentabilidade. Para tanto, a criação de políticas públicas atuantes nessa área é fundamental (Lin et al., 2019).

Com relação ao eixo Planejamento e Desenho Urbano, de acordo com o PCS (2016), é importante as cidades considerarem em seus planejamentos, questões ambientais, econômicas, culturais, sociais e de saúde, e ainda zelar pela preservação e manutenção de espaços. Assim Porto Alegre se comprometeu com o indicador Reservas e Áreas Protegidas. No entanto, os projetos encontrados que têm relação com esse indicador estão apresentados no eixo Bens Naturais Comuns.

A não identificação clara de projetos desta linha temática se contrapõe a abordagem de Panagopoulos et al. (2016), na qual o uso da terra precisa se concentrar no uso sustentável de capital natural e recursos, por isso, faz-se necessário administrar os recursos do solo e gerenciar as atividades de uso da terra para ajudar a transição a um futuro sustentável.

Os projetos desenvolvidos por Porto Alegre buscam melhorar os quesitos dos eixos temáticos e os indicadores com os quais a gestão pública se comprometeu junto ao PCS. Apesar de alguns desses projetos serem anteriores a assinatura do Programa, constatou-se que tiveram continuidade durante a gestão 2013-2016, enquanto outros projetos foram criados após a assinatura do PCS e continuam em andamento. Esses projetos foram desenvolvidos pelas Secretarias de cada área, não ficando evidente durante o estudo e análise a participação de diferentes *stakeholders* no processo de planejamento de cada projeto.

Durante as observações realizadas nas visitas *in loco* observou-se que o PCS permite, por meio de seus indicadores e eixos, transmitir informações sobre como está a situação da cidade, de quais indicadores devem ser melhorados, servindo como uma ferramenta de apoio a decisão para os gestores e a comunidade, que pode acompanhar os projetos e contribuir para a melhoria desses indicadores.

Assim, por meio do PCS, a população tem acesso à informação sobre quais indicadores estão sendo tratados pela gestão pública como prioritários e acompanhar o desempenho dos mesmos. Essa transparência das informações permite que os municípios conheçam melhor a cidade como um todo. Este protocolo/ferramenta auxilia na tomada de decisão dos gestores e permite transparência para os cidadãos de como o processo está ocorrendo. Essa visão da importância do PCS é evidenciada na fala dos gestores:

Eu sou fã do Programa Cidade Sustentáveis, Porto Alegre tem uma tradição de divulgar indicadores e a 10 anos tem a ação do OBSERVA POA, mas o conjunto de indicadores que o PCS fornece aos municípios é muito importante (...) então a medida que o programa oferta um conjunto de ferramentas que facilita a gestão do município eu acho muito importante, aliado as boas práticas, aliadas a compromisso, que nesse mundo com diversos desafios, muito deles são comuns a maiorias das cidades, o PCS é muito importante (G3).

O Programa Cidades Sustentáveis é um programa muito bem gerenciado, ele tem justamente essa ideia de promover ações, monitorar por meio de indicadores para que a gente consiga atender aquilo que são as expectativas da sociedade (G4).

Outro fator positivo relatado pelos gestores sobre o PCS em Porto Alegre foi o Programa de Metas para os candidatos eleitos nas eleições municipais, que tem um prazo de 90 dias para apresentar seu Programa de Metas, relatando quais indicadores se compromete em realizar durante o seu mandato de acordo com os eixos estabelecidos. Dessa forma, os gestores consideraram o PCS um impulsionador para a realização desse projeto identificado como um avanço para esse município. Na sequência apresenta-se um trecho da entrevista com gestores que relatam a importância do PCS para a gestão pública de Porto Alegre:

Esses são os grandes benefícios. O próprio programa de metas e a própria disponibilização a população, que possibilita a população conhecer a cidade de outro ângulo, porque nós mesmos conhecemos a nossa rua, do nosso bairro sabemos se tem pavimentação ou não, mas o conjunto do nosso bairro em que ela mora, da própria cidade não tem como a população ter essa informação, e o observa POA faz isso ele possibilita, é quase um sistema de apoio a decisão (G3).

Corroboram com a ideia alguns dos entrevistados do grupo dos *stakeholders* das Secretarias municipais:

Eu acho que é uma iniciativa muito interessante, são várias cidades comprometidas com esses indicadores né, e tu só melhor aquilo que tu medes, isso

é importantíssimo para você ter um ponto de partida e avançar no processo de sustentabilidade (S4).

No entanto, os *stakeholders* relacionados ao grupo de professores, ONGs, associação de bairros e até mesmo alguns secretários municipais apresentaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o programa, para os mesmos, houve pouca divulgação por parte da gestão pública municipal sobre o PCS, conforme trechos da entrevista:

A informação muitas vezes não chega até a comunidade, se dentro da comunidade não tem líder ou associação, alguém que traga essa informação, ou na escola alguém que vá dar essa informação para o jovem ela não vai chegar até a comunidade (AM).

Porque o Plano Cidade Sustentável não é uma incumbência, o planejamento e a articulação dependem da esfera pública de gestão, mas o envolvimento e a execução estão diretamente ligados à sociedade civil, então, eu como sociedade civil, não tenho nenhuma informação de como eu poderia participar de uma ação em tornar uma cidade mais sustentável (P1).

Verifica-se, dessa forma, que o PCS é uma ferramenta importante para os municípios que buscam a sustentabilidade urbana, pois além de fornecer um conjunto de indicadores, os municípios que o assinam se comprometem a manter atualizadas as informações na plataforma do Programa. Trata-se de ferramenta que auxilia os gestores na busca de sustentabilidade, permitindo que a população acompanhe a evolução dos indicadores, de acordo com cada eixo.

Conclusão

O estudo apresenta os principais elementos que evidenciam como a utilização do PCS contribui para a gestão urbana sustentável, por meio de diversos benefícios para o município de Porto Alegre. Para os gestores, o programa atuou como elemento de monitoramento e de tomada de ações para projetos sociais, estabelecendo uma plataforma comum de interação dos diferentes agentes da gestão pública, e adicionalmente, para definir as prioridades da gestão municipal. Para os munícipes se observa o benefício da disponibilidade de informação de interesse, realizada pela gestão municipal. O programa PCS não torna os projetos melhores ou piores, no entanto, amplia o processo de *feedback* necessário para a gestão pública estabelecer uma melhoria contínua das ações que desenvolve. Não foi possível identificar um profundo conhecimento dos atores envolvidos no PCS, mas constatou-se a existência de uma ampliação no relacionamento e no intercâmbio de informações entre todas as partes envolvidas.

Identificou-se que a existência de muitos projetos realizados pela cidade de Porto Alegre, desde a qualificação profissional buscando a inserção das pessoas no mercado de trabalho, perpassando por propostas desenvolvidas na área ambiental, relacionados ao tratamento de água e esgoto, arborização e manutenção de praças e parques, investimentos em saúde, em especial a crianças e gestantes, projetos relacionados a mobilidade, através da criação de ciclovias, educação no trânsito, dentre outros, informações estas apresentados pelos *stakeholders* gestores e também encontrados em análise documental. Foi possível identificar 14 projetos sendo desenvolvidos dentro do escopo do PCS, sendo que oito desses projetos já existiam antes da aderência da cidade de Porto Alegre ao projeto, e seis projetos surgiram após a assinatura do PCS. Observa-se que os projetos, anteriores e posteriores, a incorporação do PCS por Porto Alegre, se posicionam como fundamentais para o avanço da sustentabilidade da cidade.

Em contrapartida, os demais *stakeholders*, tais como: Instituições, Secretários, Professores, Empresas e Associação de Moradores, salientam que a gestão pública municipal deve repensar seus planejamentos, com o intuito de possibilitar o estabelecimento de projetos com maior engajamento e participação da comunidade. No âmbito geral apontou-se a existência de projetos que ainda devem ser desenvolvidos, para que Porto Alegre avance na sustentabilidade do município, e possibilite melhor qualidade de vida aos cidadãos. A criação de políticas públicas se torna elemento fundamental no processo de amadurecimento de Porto Alegre no processo de PCS. As políticas públicas a serem desenvolvidas pelo município devem contemplar as demandas e necessidades da população.

O pressuposto de que o PCS seja uma ferramenta de gestão que contribua para a sustentabilidade em Porto Alegre, foi corroborado, ficando evidenciado que os projetos desenvolvidos contribuem para a melhoria da sustentabilidade urbana. Nesse sentido, este estudo contribui para o avanço em relação ao tema cidades sustentáveis, servindo de referência para outros municípios que busquem exemplos de projetos em prol da sustentabilidade urbana. Para estudos futuros identifica-se a oportunidade de se investigar o desempenho de outras cidades, possibilitando assim a continuidade de investigar o comportamento das cidades sustentáveis.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

Asif, M.; Searcy, C.; Zutshi, A.; Fisscher, O. A. M. Na integrated management systems approach to corporate social responsibility. **Journal of Cleaner Production**, v. 56, p. 7-17, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.10.034>

Biagini, B.; Bierbaum, R.; Stults, M.; Dobardzic, S.; Mcneely, S. M. A typology of adaptation actions: A global look at climate adaptation actions financed through the global environment facility. **Global Environmental Change**, v. 25, p. 97-108, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.01.003>

Brundtland, G. H. World commission on environment and development. **Environmental Policy and Law**, v. 14, n. 1, p. 26-30, 1987. [https://doi.org/10.1016/S0378-777X\(85\)80040-8](https://doi.org/10.1016/S0378-777X(85)80040-8)

Cabral, R.; Gothardo, J. Princípios da cultura de paz e estratégias de sensibilização em relações públicas no programa cidades sustentáveis. **Razón y Palabra**, v. 8, p. 20-21, 2015. <https://orcid.org/0000-0002-0545-498X>

Carta de Ottawa. A promoção da saúde. 1986. Disponível em: <https://www.iasaude.pt/attachments/article/152/Carta_de_Otawa_Nov_1986.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Creswell, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Artmed: São Paulo, 2010.

Dempsey, N.; Bramley, G.; Power, S.; Brown, C. The social dimension of sustainable development: Defining urban social sustainability. **Sustainable Development**, v. 19, n. 5, p. 289-300, 2009. <https://doi.org/10.1002/sd.417>

Elkington, J. **Canibais com garfo e faca**: seria um sinal de progresso se um canibal utilizasse garfo e faca para comer? Rio de Janeiro: MBooks, 2001.

Ethos. Instituto Ethos. A Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. 2011. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/ArtigoRedeCidades.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Freitas, T. G.; Kocourek, S.; Oliveira, J. L.; Campos, A. O. Participação social na coleta seletiva solidária: estudo de caso de uma instituição federal de ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 16, p. 553-573, 2020. [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2020\)071607](https://doi.org/10.21438/rbgas(2020)071607)

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Guevara, A. J. H.; Santiago, C.; Conti, D. M.; Wey, F. A debate on the influence of national culture in organizations. **Journal on Innovation and Sustainability**, v. 5, n. 2, p. 87-93, 2014. <https://doi.org/10.24212/2179-3565.2014v5i2p87-93>

Huang, L.; Wu, J.; Yan, L. Denning and measuring urban sustainability: A review of indicators. **Landscape Ecology**, n. 30, p. 1175-93, 2015. <https://doi.org/10.1007/s10980-015-0208-2>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça cidades e estados do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

IFAC - International Federation of Accountants. Comparison of principles. 2013. Disponível em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/Comparison-of-Principles.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Jebli, M. B.; Youssef, S. B.; Ozturk, I. Testing environmental Kuznets curve hypothesis: The role of renewable and non-renewable energy consumption and trade in OECD countries. **Ecological Indicators**, v. 60, p. 824-831, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.08.031>

Klopp, J. M.; Petretta, D. L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. **Cities**, v. 63, p. 92-97, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2016.12.019>

Kunchambo, V.; Lee, C. K. C.; Brace-Govan, J. Nature as extended-self: Sacred nature relationship and implications for responsible consumption behavior. **Journal of Business Research**, v. 74, p. 126-132, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.10.023>

Laurian, L.; Walker, M.; Craeford, J. Implementing environmental sustainability in local government: The impacts of framing, agency culture, and structure in US cities and counties. **International Journal of Public Administration**, v. 40, p. 270-283, 2016. <https://doi.org/10.1080/01900692.2015.1107738>

Lin, Y.; Zhang, K.; Shen, Z. J. M.; Miao, L. Charging Network Planning for Electric Bus Cities: A Case Study of Shenzhen, China. **Sustainability**, v. 11, n. 17, p. 1-27, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11174713>

Llacuna, M. L. M.; Llinàs, J. C.; Frigola, J. M. Lessons in urban monitoring taken from sustainable and livable cities to better address the Smart Cities initiative. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 90, p. 611-622, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2014.01.012>

Machado Jr, C.; Ribeiro, D. M. N. M.; Viana, A. B. N. Public health in times of crisis: An overlooked variable in city management theories? **Sustainable Cities and Society**, v. 66, p. 102671-1, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102671>

- Machado Jr., C.; Ribeiro, D. M. N. M.; Pereira, R. S.; Bazanini, R. Do Brazilian cities want to become smart or sustainable?. **Journal of Cleaner Production**, v. 199, p. 214-221, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.072>
- Marans, R. W. Quality of urban life & environmental sustainability studies: Future linkage opportunities. **Habitat International**, n. 45. p. 47-52, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2014.06.019>
- Martins, H. F.; Marini, C. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. **Revista do TCU**, n. 130, p. 42-53, 2014.
- Michael, F. L.; Norr, Z. Z.; Figueroa, M. J. Review of urban sustainability indicators assessment: Case study between Asian countries. **Habitat International**, n. 44, p. 491-500, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2014.09.006>
- Mori, K.; Christodoulou, A. Review of sustainability indices and indicators: Towards a new City Sustainability Index (CSI). **Environmental Impact Assessment Review**, v. 32, n. 1, p. 94-106, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2011.06.001>
- Oliveira, K. K.; Pereira, R. C. A.; Silva, E. M. S.; Nascimento, E. R. Gestão local para a sustentabilidade: um estudo sobre a implementação do Projeto Urban Leds em Recife, PE. Anais do X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGET, Rio de Janeiro, 2013.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. Financiamento dos sistemas de saúde: o caminho para a cobertura universal. 2010. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- OP - Orçamento Participativo. Relações Institucionais. 2020. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=86>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- Panagopoulos, T.; Duque, J. A. G.; Dan, M. B. Urban planning with respect to environmental quality and human well-being. **Environmental Pollution**, v. 208, p. 137-144, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2015.07.038>
- PCS - Programa Cidades Sustentáveis. Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis. 2016. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos>>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- PISA - Projeto Integrado Socioambiental. Obras do DMAE. 2016. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/default.php>>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Indicadores: Porto Alegre em Análise. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2017a. (Observa POA). Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2013a. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/plano_de_meta_s_cidades_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Plurianual 2014-2017. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2013b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ppa_2014-2017-quarta_atualizacao.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Relatório de Atividades de 2016. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento, 2017b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividades_2016_final.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Porto Alegre. **Decreto nº 19.348, de 21 de março de 2016**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/decreto_n_19.348.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Porto Alegre. **Lei Complementar nº 618, de 10 de junho de 2009**. Disponível em: <<https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/906753/lei-complementar-618-09>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Porto Alegre. **Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008**. Institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal (VTA) e de Veículos de Tração Humana (VTH) e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=176956>>. Acesso em 20 fev. 2021.

Prendeville, S.; Cherim, E.; Bocken, N. Circular cities: Mapping six cities in transition. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 26, p. 171-194, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2017.03.002>

PSC - Programa Cidades Sustentáveis. III Relatório luz da sociedade civil da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. 2019. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021

Runhaar, H.; Driessen, P.; Uittenbroek, C. Towards a systematic framework for the analysis of environmental policy integration. **Environmental Policy and Governance**, v. 24, n. 4, p. 233-246, 2014. <https://doi.org/10.1002/eet.1647>

Sandifer, P. A.; Sutton-Grier, A. E.; Ward, B. P. Exploring connections among nature, biodiversity, ecosystem services, and human health and well-being: Opportunities to enhance health and biodiversity conservation. **Ecosystem Services**, v. 12, p. 1-15, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2014.12.007>

Santos, I. C.; Pereira, R. S. Educação tecnológica, inovação e geração de emprego: alavancas para o progresso das organizações, pessoas e nações. **Revista Científica Hermes**, v. 25, p. 468-490, 2019.

Santos, P. R.; Santana, V. V.; Santos, M. C. V.; Lopes, V. S. Breve análise da importância dos órgãos executores da política ambiental brasileira frente aos agravos ambientais em unidades de conservação. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 15, p. 211-223, 2020. [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2020\)071515](https://doi.org/10.21438/rbgas(2020)071515)

Silva Júnior, J. B. Promoção da saúde: ação necessária e urgente nas Américas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 28, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.27292019>

Silva, H. C. M.; Ferreira, F. P.; Mendes, L. O.; Iared, V. G. Percepção e valoração ambiental em áreas verdes no Município de Palotina, Estado do Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 16, p. 771-788, 2020. [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2020\)071622](https://doi.org/10.21438/rbgas(2020)071622)

Silva, M. E.; Corrêa, A. P. M.; Gomez, C. P. Inovando para o consumo sustentável: o desafio na construção de um novo paradigma organizacional. **Revista de Negócios**, v. 17, n. 3, p. 72-90, 2012. <https://doi.org/10.7867/1980-4431.2012v17n2p72-90>

Silva, R. M. D. Educação, cidadania e agenciamentos formativos nas políticas culturais brasileiras. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 397-415, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200004>

Slaper, T. F.; Hall, T. J. The triple bottom line: What is it and how does it work? **Indiana Business Review**, v. 86, n. 1, p. 4-8, 2011.

Spickermann, A.; Grienitz, V.; Heiko, A. Heading towards a multimodal city of the future? Multi-stakeholder scenarios for urban mobility. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 89, p. 201-221, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.08.036>

TCU - Tribunal de Contas da União. **Governança pública**: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/governanca-publica-referencial-basico-de-governanca-aplicavel-a-orgaos-e-entidades-da-administracao-publica-e-acoes-indutoras-de-melhoria-1.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

Teixeira, J. C.; Nascimento, M. C. R.; Carrieri, A. D. P. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações convergentes. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 191-220, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100010>

Tseng, M.-L.; Chiu, S. F.; Tan, R. R.; Siriban-Manalang, A. B. Sustainable consumption and product for Asia: Sustainability through green design and practice. **Journal of Cleaner Production**, v. 40, p. 1-5, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.07.015>

Weingaertner, C.; Moberg, A. Exploring social sustainability: Learning from perspectives on urban development and companies and products. **Sustainable Development**, v. 22, p. 122-133, 2014. <https://doi.org/10.1002/sd.536>

Zeemering, E. Sustainability management, strategy and reform in local government. **Journal Public Management Review**, v. 1. p. 1-18, 2017. <https://doi.org/10.1080/14719037.2017.1293148>



Informação da Licença: Este é um artigo Open Access distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.